

Desafios globais para a cooperação jurídica internacional

A implementação do capítulo IV da Convenção das Nações Unidas contra a corrupção



Foto: Flickr.com

Por Elisa de Sousa Ribeiro*

No ano de 2000, a Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), ao reconhecer a necessidade de um instrumento internacional adicional – e mais específico – à Convenção contra o Crime Organizado Transnacional, adotou a Resolução 55/61, que estabeleceu a negociação para a adoção de um tratado sobre corrupção. As negociações, sediadas em Viena, duraram 22 meses e foram concluídas em 1º de outubro de 2003.

Adotada pela AGNU, por meio da Resolução 58/4, de 31 de outubro de 2003, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) é o instrumento internacional que visa, entre outros, balizar e sistematizar a cooperação jurídica internacional na matéria. Atualmente, ela se encontra ratificada por 180 Estados, dentre eles, o Brasil.

Com fulcro no artigo 68, parágrafo 1º, da referida Resolução 58/4, foi adotado um mecanismo de revisão da implementação da UNCAC pelos Estados, que permite recolher, organizar e difundir informações úteis à promoção dos seus objetivos. Com base nesse mecanismo, foi lançado, em 2015, o relatório “*State of Implementation of the United Nations Convention against Corruption: Criminalization, law enforcement and international cooperation*”. Ele apontou as diversas disparidades existentes entre os Estados-Partes no que tange às legislações nacionais e à adoção de instrumentos internacionais para a cooperação jurídica. Dentre as áreas mais críticas, segundo o relatório, estão aquelas relacionadas à implementação do capítulo IV da UNCAC – cooperação internacional.

Nesse sentido, o presente artigo exporá os principais pontos apresentados como barreiras ou empecilhos à cooperação, no que tange à totalidade dos Estados-Partes, que se relacionam com o capítulo IV da Convenção.

Dentre os desafios a serem superados, destacam-se a falta de experiência, de recursos financeiros e de formação, bem como questões técnicas relacionadas à formulação das legislações nacionais (ou de tratados) no que tange à criminalização da corrupção e à incorporação de determinados elementos da UNCAC. No entanto, as principais dificuldades para a implementação da cooperação, segundo o relatório, se devem aos diferentes sistemas jurídicos dos Estados-Partes.

Ao comparar sistemas nacionais, torna-se evidente que a legislação interna tem forte impacto na cooperação internacional. Um exemplo é a contraposição do modelo de Direito Internacional monista com o dualista. No primeiro, a ratificação do tratado permite sua aplicação direta, e uma norma complementar às regras nacionais. No segundo, por sua vez, a simples ratificação de um tratado não garante sua aplicação interna, haja vista a necessidade de internalização do mesmo ou de adoção de procedimentos previstos na legislação nacional para sua executividade.

A contraposição do sistema de *common-law* ao de *civil law* também denota essa influência, haja vista que no primeiro, via de regra, a ausência de dupla incriminação é fator opcional para a denegação de assistência.

Ademais, a necessidade (ou não) de um tratado específico para se realizar a cooperação internacional está diretamente ligada aos sistemas jurídicos nacionais. Com relação ao artigo 46 da UNCAC, alguns Estados exigem que exista um tratado como base para a adoção de um pedido de assistência jurídica mútua, ao passo que outros não. O mesmo acontece com pedidos de extradição, já que alguns países têm a possibilidade de usar a UNCAC como base jurídica (artigo 44, parágrafo 6º) e outros não têm essa autorização em seu ordenamento pátrio. Há também os que permitem que as autoridades façam uma declaração *ad hoc* ao considerar pedidos de extradição, na falta de um acordo internacional.

Em matéria de extradição, um exemplo simples da dificuldade gerada pela diversidade dos sistemas nacionais é que, não obstante a dupla incriminação seja uma condição padrão para que se autorize um pedido (artigo 44, parágrafo 2º), há uma diversidade na legislação interna dos Estado quanto à sua necessidade. Alguns Estados apresentam expressamente o princípio da dupla incriminação na sua legislação nacional. Outros, não consideram a ausência da dupla incriminação um fundamento para a rejeição de um pedido de extradição, enquanto outros, ainda, consideram a sua ausência como motivo para a denegação. Há também os que a veem como opcional. Existem também aqueles que preveem a possibilidade de concessão da extradição para atos que não são um crime na legislação nacional mediante uma promessa de reciprocidade.

De acordo com o artigo 46, parágrafo 3º, a assistência jurídica mútua estende-se à identificação ou localização de

produto de delito, de bens, instrumentos e outros elementos para fins probatórios, assim como ao embargo de caráter preventivo, com a finalidade recuperar ativos. No entanto, no ordenamento da maioria dos Estados, a possibilidade de cooperação para a recuperação de ativos não está explicitamente prevista na área de assistência jurídica mútua.

Da mesma forma que ocorre com a matéria de extradição – na qual os Estados-Partes podem considerar a UNCAC como base jurídica para a cooperação quando ambos sejam Partes na Convenção –, quando se trata de assistência mútua, aplica-se o artigo 46, parágrafos 9º a 29, no caso de não existir qualquer acordo especial ou tratado de assistência jurídica mútua ou quando seja conveniente aplicá-lo.

Nos casos em que a legislação nacional limita regras relacionadas à assistência jurídica mútua, ou quando a UNCAC não é diretamente aplicável, os Estados tendem a adotar uma norma nacional específica visando à transparência e à previsibilidade dos procedimentos para o benefício de Estados solicitantes.

Em adição, o estudo em questão aponta que há Estados que não fazem qualquer distinção entre delitos e estão prontos para fornecer assistência sem a necessidade de consideração de sua gravidade, inclusive no que tange aos inquéritos, processos e procedimentos judiciais relacionados a eles.

Quando se trata do artigo 46, parágrafo 2º, apesar de a maioria dos Estados ser capaz de conceder assistência em relação a infrações para as quais pessoas jurídicas poderão ser responsabilizadas, alguns ainda não estabeleceram a responsabilidade penal das pessoas jurídicas, ou a estabeleceram apenas com relação a infrações específicas, que, quando combinadas com a regra da dupla incriminação, podem tornar o auxílio mútuo impossível ou demasiado restrito.

No que se refere à forma dos pedidos de auxílio mútuo, embora boa parcela dos Estados-Partes exija que os pedidos sejam enviados pelas vias formais, alguns aceitam que eles possam ser enviados por fax ou por e-mail, quando as circunstâncias sejam urgentes. Alguns, ainda, aceitam solicitações orais.

Também existe embaraço de forma, quanto à definição de quais idiomas são aceitos nas solicitações: se a língua (ou línguas) oficiais do Estado requerido são as únicas por ele aceitas, se as solicitações e documentos de suporte devam ser acompanhados de uma tradução para determinado idioma ou se não há previsão expressa sobre o idioma no qual a solicitação deva ser realizada.

No que tange à publicidade de documentos, também existe multiplicidade de regras. Para alguns Estados, documentos considerados públicos podem ser fornecidos para o Estado requerente sem grandes formalidades, enquanto outros necessitam de solicitação por meios formais. Por sua vez, documentos que não estão disponíveis ao público devem atender à legislação nacional que rege a divulgação de informações sensíveis ou relevantes.

A lista das diferenças nas legislações e, consequentemente, de formalidades para a cooperação se estende quando, por exemplo, o artigo 47 da Convenção insta os Estados a considerarem, em casos que envolvem várias jurisdições, que se concentre a persecução em apenas uma jurisdição. Poucos Estados aceitam a possibilidade de transferência de processos se a demanda cumpre com a sua legislação interna ou se há previsão nos tratados bilaterais ou multilaterais de que são partes. No entanto, a maioria dos Estados signatários da UNCAC não tem nenhuma legislação doméstica sobre o tema e não está vinculada por qualquer instrumento internacional que regule a transferência internacional de processos penais.

Diante dos mencionados entraves, listados no relatório das Nações Unidas, além de outros que não foram aqui assinalados, pode-se afirmar que, para promover, facilitar e apoiar a cooperação internacional, é condição *sine qua non* que os Estados aprimorem suas legislações referentes à cooperação e à coordenação entre autoridades centrais. Nesta perspectiva, o estabelecimento de um sistema internacional de coleta de dados estatísticos, de informações sobre as diferentes práticas nacionais e de um repositório de jurisprudência, ajudariam a verificar os principais entraves, com vistas à simplificação e facilitação dos procedimentos de cooperação jurídica internacional, promovendo uma cultura de diálogo aberto e qualificado entre jurisdições.

Cooperação Penal

MJC conclui primeiro caso de cooperação jurídica com base na Convenção Penal da CPLP

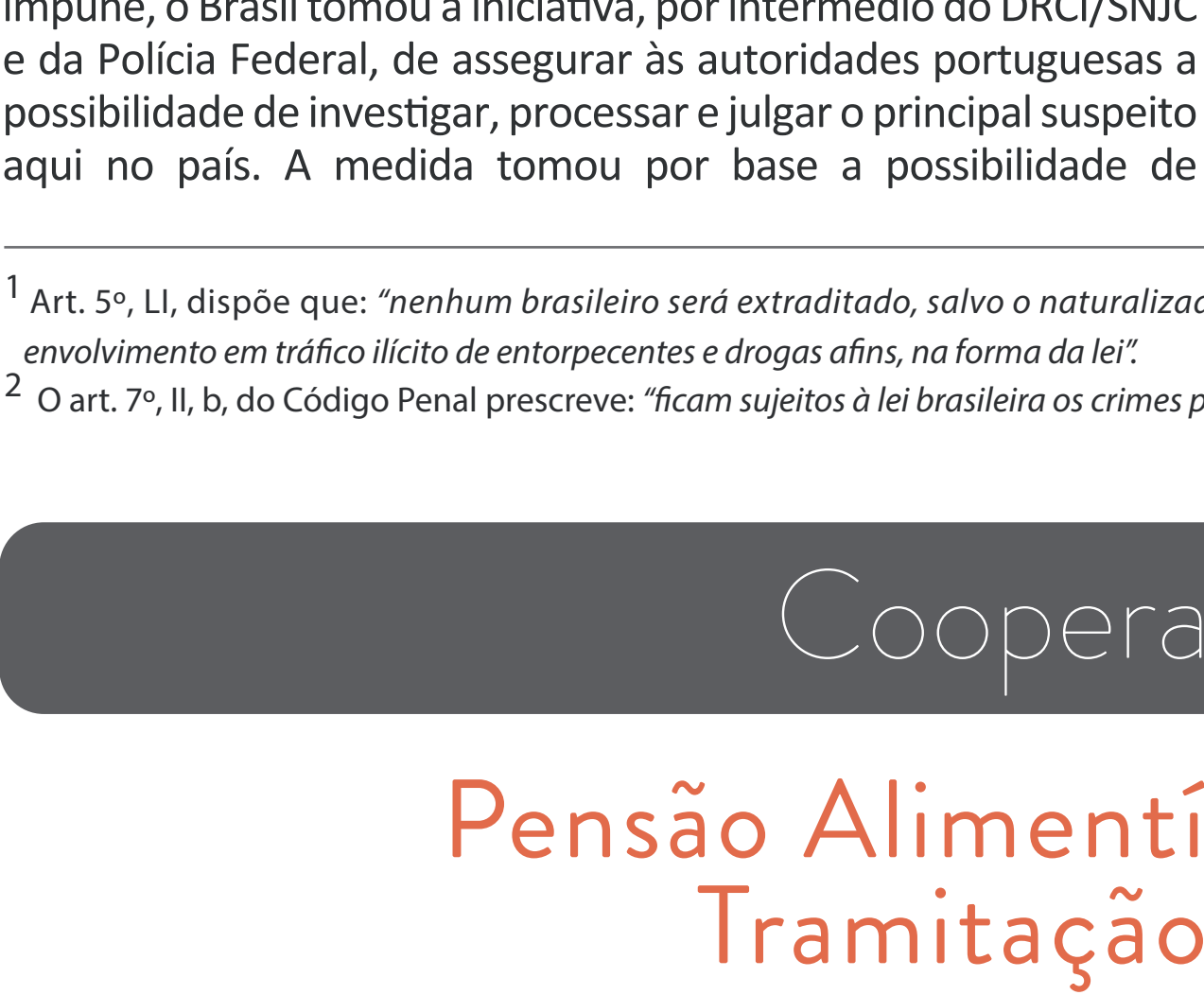


Foto: Google.com

Com a publicação do Decreto nº 8.833/2016, entrou em vigor no Brasil, no dia 5 de agosto de 2016, a Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), firmada pela República Federativa do Brasil, na cidade da Praia, Cabo Verde, em 23 de novembro de 2005.

Por intermédio do recente Decreto nº 8.861, de 28 de setembro de 2016, foi confirmada a designação do Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), como regra, para a função de autoridade central brasileira para a referida Convenção, conforme seu art. 1º, ressalvada a hipótese do parágrafo único.

Assim, no mês de outubro, como primeiro resultado concreto da entrada em vigor da Convenção da CPLP e da designação do MJC como autoridade central, um caso de repercussão internacional, relacionado ao homicídio de três brasileiros cometido por brasileiro em território português, foi o primeiro concluído pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (DRCI/SNJUC) com Portugal, a partir da adesão ao novo tratado.

Após trabalho coordenado com autoridades nacionais e portuguesas, o DRCI/SNJUC recebeu destas autoridades resposta com diversas diligências realizadas, em cumprimento ao pedido brasileiro de cooperação jurídica internacional que havia sido dirigido a Portugal. A tramitação rápida garantiu a continuidade da prisão do suspeito e possibilitará seu julgamento, evitando que o principal suspeito fique impune e viabilizando a realização da Justiça em âmbito internacional.

O pedido de cooperação jurídica internacional foi formulado pela Polícia Federal no Estado de Minas Gerais, que apura os crimes. Conforme já noticiado na imprensa, o principal suspeito é Dinali Alves Gomes, acusado de ter matado a companheira, Michele Santana Ferreira, a irmã dela, Lidiana Neves Santana e Thayane Milla Mendes Dias. Os corpos das três brasileiras foram achados em um poço de um hotel para cães, localizado na cidade de Cascais, próxima a Lisboa, onde o suspeito trabalhou. Os crimes teriam ocorrido em território português, em fevereiro de 2016 e sido descobertos em agosto. Logo após a prática dos delitos, Dinali fugiu de Portugal para o Brasil, onde foi preso provisoriamente, em Belo Horizonte (MG), no início de setembro, graças à cooperação entre os dois países.

Como nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, LI¹, proíbe a extradição de brasileiros natos, para que o crime não ficasse impune, o Brasil tomou a iniciativa, por intermédio do DRCI/SNJUC e da Polícia Federal, de assegurar às autoridades portuguesas a possibilidade de investigar, processar e julgar o principal suspeito aqui no país. A medida tomou por base a possibilidade de

aplicação do princípio da extraterritorialidade penal disposto no Código Penal Brasileiro², pelo qual ficam sujeitos à lei brasileira os crimes praticados por brasileiros, ainda que cometidos no estrangeiro.

Desta forma, aplicou-se ao caso concreto o princípio “*aut dedere aut iudicare*” que impõe aos Estados o compromisso de extraditar determinada pessoa para que responda por infrações que tenha praticado perante a Justiça do país onde o crime foi praticado ou; alternativamente, não sendo viável esta medida, processar e julgar criminalmente o autor do delito perante suas próprias leis, apesar do crime ter ocorrido em território estrangeiro.

Para tanto, a Polícia Federal de Minas Gerais instaurou inquérito policial e formulou pedido de cooperação jurídica internacional, solicitando a Portugal as provas do crime, tais como depoimentos de testemunhas, laudos periciais de local do crime, exames cadavéricos e outras evidências que possam servir como prova ao procedimento criminal instaurado no Brasil. Dinali Alves Gomes poderá ser processado e julgado no Brasil, pelos crimes cometidos em Portugal, provando-se assim, que a justiça transnacional pode ser efetivamente cumprida, mesmo diante da impossibilidade de sua extradição.

Outro ponto jurídico relevante encontra-se na possibilidade, dentro do sistema jurídico processual brasileiro, de que o pedido de cooperação jurídica internacional seja elaborado e firmado pelo Delegado de Polícia, responsável pelo inquérito policial que apura os fatos, reafirmando os preceitos do art. 144, § 1º, da Constituição Federal e as prescrições da Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

No Brasil, tal matéria tem sido objeto de atuação da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional da Polícia Federal, que, em conjunto com o DRCI/SNJUC, vem obtendo resultados positivos, mediante o amplo reconhecimento dos países estrangeiros sobre a legitimidade do Delegado de Polícia para atuar diretamente na elaboração de solicitações de cooperação jurídica internacional, o que confere maior agilidade e amplitude para a efetivação da cooperação internacional ainda na fase da investigação criminal.

Destaca-se que essa restituição de provas, vindas de Portugal, constitui o cumprimento à primeira solicitação brasileira de cooperação jurídica, intermediada pelo DRCI/SNJUC, após a publicação do Decreto. Conforme previsto no referido tratado, para que as provas possam ser utilizadas no processo e tenham validade jurídica, deve-se realizar sua transmissão por intermédio das autoridades centrais de ambos os países envolvidos.

Além disso, devido à rápida troca de informações entre o DRCI/SNJUC e a Autoridade Central portuguesa foi possível obter a resposta em prazo célere, antes mesmo da finalização da prisão provisória a que o suspeito se encontra submetido.

O caso simboliza os esforços das autoridades brasileiras e portuguesas na concretização da justiça transnacional, a fim de que o infrator deste grave crime não fique impune, apesar de ter fugido do país onde cometeu os homicídios. Assim, tanto os familiares das vítimas quanto a sociedade poderão obter resposta do Estado e a efetiva aplicação da lei penal.

¹ Art. 5º, LI, dispõe que: “nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei”.

² O art. 7º, II, b, do Código Penal prescreve: “têm sujeitos à lei brasileira os crimes praticados por brasileiros, ainda que cometidos no estrangeiro”.

Cooperação Civil

Pensão Alimentícia no Exterior - Tramitação Eletrônica

A [Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado](#) anunciou o lançamento da versão final do sistema [iSupport](#). A ferramenta se destina à gestão e à transmissão eletrônica de pedidos de pensão alimentícia entre os Estados Contratantes da Convenção da Haia sobre a Cobiaça Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família (Convenção da Haia de 2007), atualmente [em apreciação pelo Congresso Nacional](#). Já são parte desta Convenção Albânia, Bósnia e Herzegovina, Estados Unidos da América, Montenegro, Noruega, Turquia, Ucrânia e a União Europeia (como um todo).

Portugal e o estado da Califórnia iniciaram a transmissão de pedidos através do Sistema na mesma semana do seu lançamento. Por sua vez, seis países europeus anunciaram próximo em aderir à transmissão de pedidos pelo Sistema nos próximos 6 meses. O *iSupport* será disponibilizado para os Estados da União Europeia que estão vinculados pelo Regulamento de Alimentos de 2009, e também para todos os Estados vinculados não-Membros da Haia de 2007, inclusive os sete Estados não-convênção da União Europeia, que, até esta data, ratificaram ou aderiram à Convenção.

O Ministério da Justiça e Cidadania, por meio do DRCI/SNJUC, Ponto Focal brasileiro designado pelo Itamaraty sucessivamente para o desenvolvimento do *iSupport* e para o seu Projeto Piloto, participou de aproximadamente 80 reuniões, todas por videoconferência, para a definição das características e até das telas do sistema, além da realização de testes de conectividade e demais providências para desenvolvimento, instalação e bom funcionamento da transmissão eletrônica, criptografada e segura dos pedidos. Atualmente o DRCI/SNJUC está desenvolvendo, em parceria com o Ministério da Justiça e Cidadania, versão em língua portuguesa do *iSupport*, a qual será colocada à disposição de todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

No âmbito nacional, aguarda-se a aprovação pelo Congresso Nacional para dar início à transmissão eletrônica dos pedidos de pensão alimentícia por meio do *iSupport*. Uma vez aprovado o texto da Convenção, será necessária a sua ratificação e a indicação de autoridade central, para que, então, o texto seja promulgado e entre em vigor para o Brasil.

A aprovação da Convenção é o objetivo principal do Grupo de Trabalho Interministerial – GT Alimentos, composto pelo DRCI/SNJUC e pelo Itamaraty, para o coordenam, e que conta

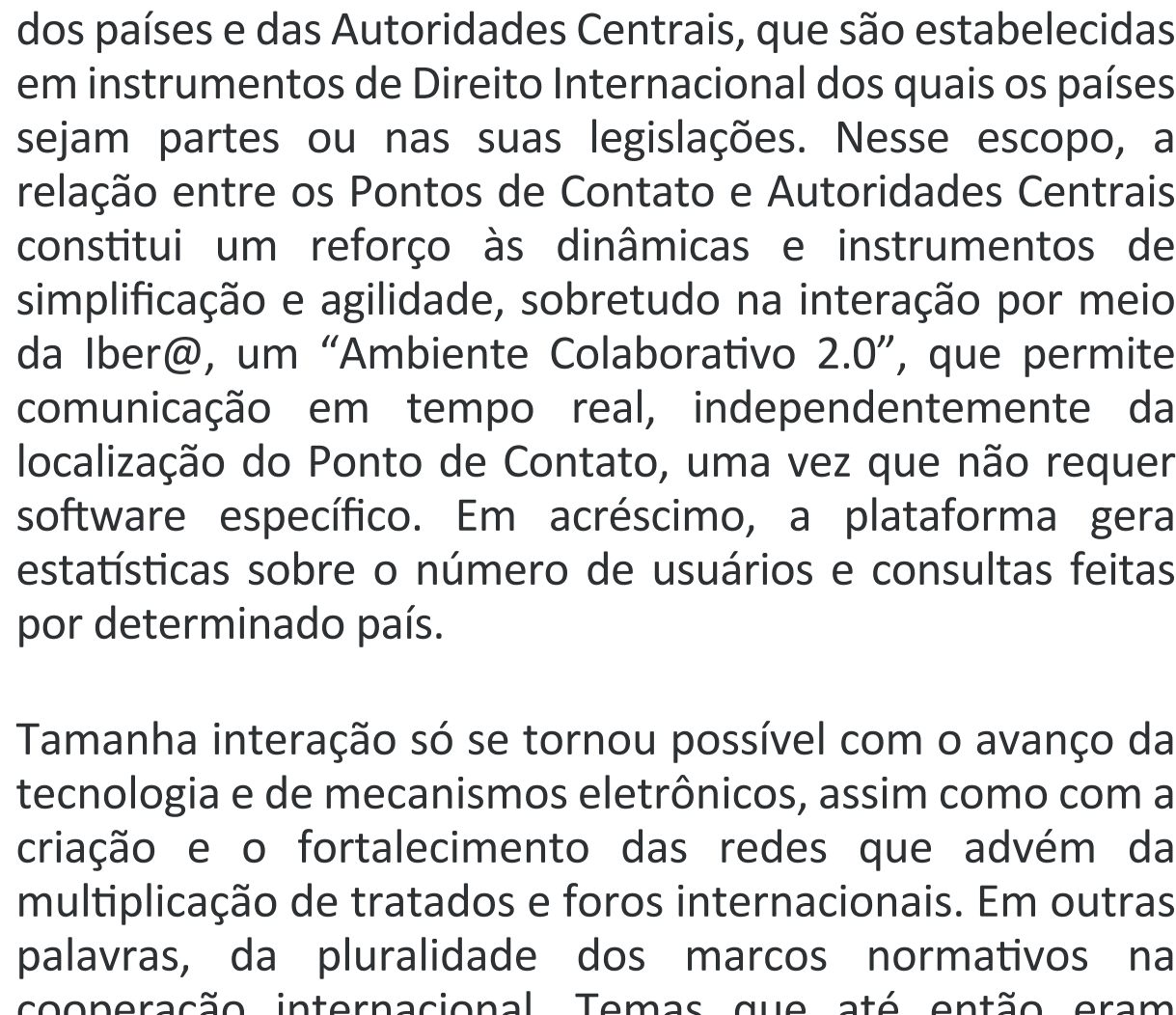


Foto: Flickr.com

com a participação da Procuradoria-Geral da República - PGR, da Advocacia-Geral da União - AGU de outros atores governamentais, além de representantes oriundos do Judiciário, como a Desembargadora Mônica Sifuentes e da Academia, como as Professoras Nadia de Araujo, Inez Lopes e Daniela Vargas. Foi a partir deste GT e do seu antecessor de âmbito acadêmico que o DRCI/SNJUC e o Itamaraty desenvolveram suas propostas de texto em português da Convenção, além das reservas e declarações necessárias à sua implementação no Brasil.

Vale destacar que o DRCI/SNJUC atua em outras iniciativas no sentido de viabilizar a tramitação eletrônica de pedidos de cooperação jurídica internacional. No âmbito das negociações e das práticas bilaterais, regionais e multilaterais, o Brasil tem apresentado propostas de ajustes de ordem prática e, quando necessário, de tratados que permitam a transmissão eletrônica, atendendo aos requisitos particulares de cada jurisdição. No âmbito multilateral, há negociações em andamento na Rede Ibero-Americana de Cooperação Jurídica Internacional - [IberRede](#) e junto a outras autoridades centrais para convenções da Conferência da Haia. Merece destaque também a tramitação eletrônica no âmbito doméstico, com a utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no Poder Executivo e da recém-criada Rede Privada Virtual para o intercâmbio eletrônico de pedidos de cooperação jurídica entre o DRCI/SNJUC e a PGR.

Extradição e Transferência de Pessoas Condenadas

A evolução dos instrumentos internacionais na matéria de transferência de pessoas condenadas

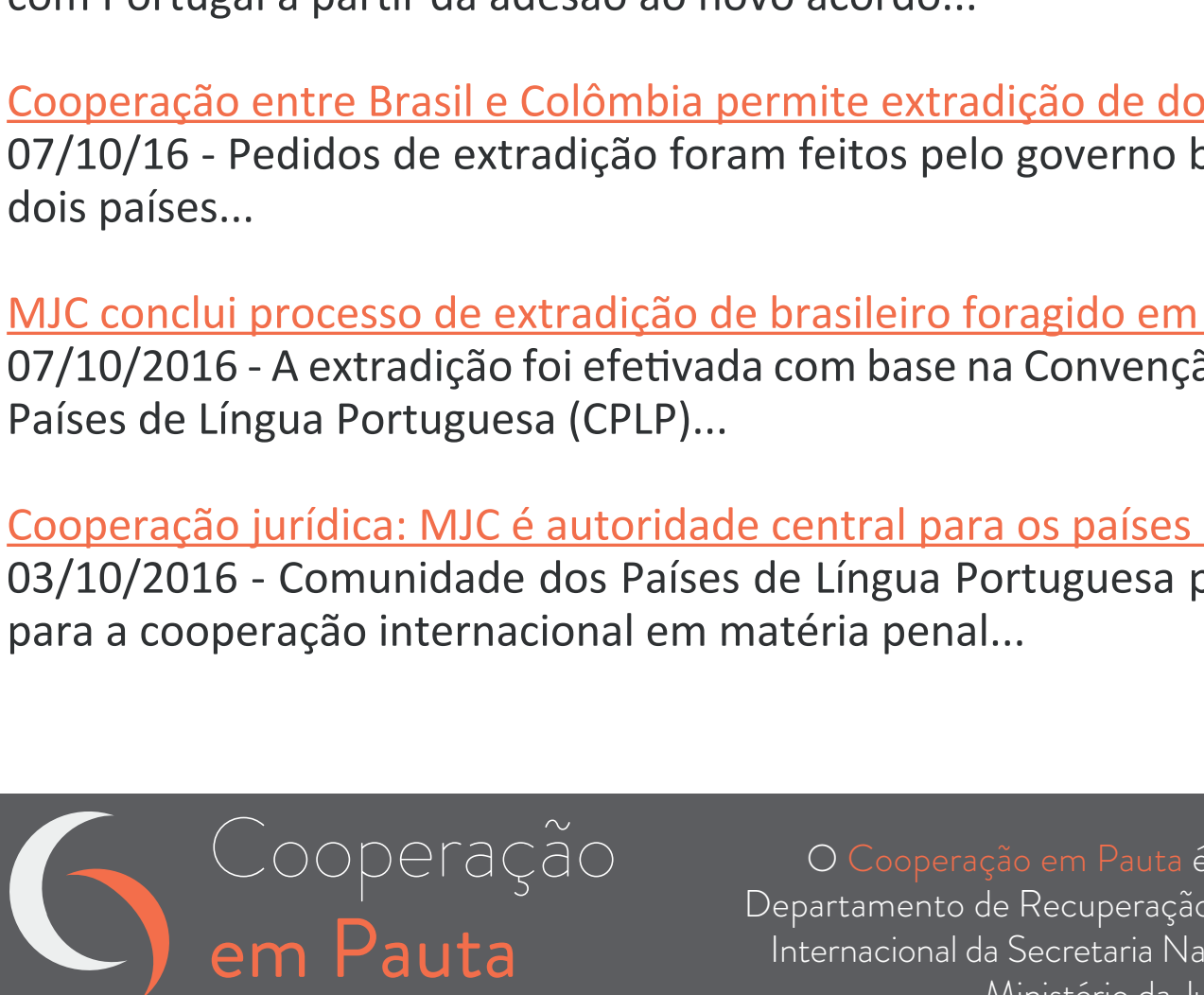


Foto: Flickr.com

Os sistemas legais que possibilitam a transferência de pessoas condenadas de um país a outro são muito recentes, sendo um Acordo entre a Síria e o Líbano, em 1954, considerado o primeiro tratado bilateral sobre a matéria.

O VI Congresso das Nações Unidas para Prevenção ao Crime e Tratamento de Prisioneiros, de 1980, incentivou a criação de instrumentos legais sobre a matéria, tendo sido os Estados-Membros da ONU chamados a considerar o estabelecimento de procedimentos pelos quais a transferência de réus pudesse ser efetivada, com a intenção de promover a reabilitação social das pessoas condenadas em território estrangeiro, ao facilitar o seu retorno ao país de origem para cumprir sua condenação. Nesse sentido, o VII Congresso, de 1985, avançou no tema ao propor um acordo modelo sobre a transferência de presos estrangeiros.

No Brasil, o primeiro tratado bilateral sobre transferência de pessoas condenadas foi celebrado com o Canadá, assinado aos 15 de julho de 1992 e promulgado pelo Decreto nº 2.547, de 14

de abril de 1998, o que demonstra que o instituto é um tema novo no país, pouco conhecido, e que tende a suscitar questões de natureza política e jurídica.

Os motivos pelos quais os países tendem a celebrar acordos sobre a matéria incluem a efetiva reabilitação, ressocialização e reintegração da pessoa condenada em seu país de origem. Ademais, questões humanitárias são invocadas para sanar problemas advindos das diferenças de idioma, cultura, religião e distância do meio social da pessoa condenada.

Por outro lado, o instituto da transferência de pessoas condenadas é um facilitador aos países que possuem estrangeiros reclusos em seus estabelecimentos prisionais, uma vez que a manutenção de presos estrangeiros requer medidas adicionais, como tradutores, alimentação específica, meios de contato com familiares e acesso à educação e trabalho.

Atualmente, o Brasil é signatário de 16 tratados sobre transferência de pessoas condenadas, dos quais 13 são bilaterais e 3 multilaterais. Todavia, a não existência de tratado com algum país não é óbice à tramitação do pedido de transferência, já que o Governo brasileiro aceita que o procedimento seja fundamentado em promessa de reciprocidade, consoante a Portaria MJ nº 522, de 11 de maio de 2016.

No que se refere a esse instituto, há clara tendência de o Estado brasileiro expandir a cooperação jurídica internacional em matéria de transferência para além das Américas e da Europa Ocidental. Exemplos claros desse movimento são as assinaturas, em 2009 e em 2011, respectivamente, dos Tratados de Transferência entre Brasil e Ucrânia e entre Brasil e Turquia; outro exemplo é a Convenção sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), firmado em 2005, já em vigor.

Atuação Internacional

A eficácia, horizontalidade e flexibilidade da IberRede

A Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional – IberRede – foi constituída em 2004, em reunião da Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos, sediada na Colômbia. Sua estrutura volta-se para o aperfeiçoamento de instrumentos de assistência jurídica civil e penal, almejando o

estreitamento das relações de cooperação entre os países. A IberRede é integrada da rede de um Secretariado Geral eleito para um mandato de quatro anos e desempenhado pela COMJIB³, além dos Pontos de Contato, das pessoas designadas como enlace pelos sistemas e órgãos jurídicos dos países e das Autoridades Centrais, que são estabelecidas em instrumentos de Direito Internacional dos quais os países sejam partes ou nas suas legislações. Nesse escopo, a constituição em Pontos de Contato e Autoridades Centrais constitui um reforço às dinâmicas e instrumentos de simplificação e agilidade, sobretudo na interação por meio da Iber@, um “Ambiente Colaborativo 2.0”, que permite comunicação em tempo real, independentemente da localização do Ponto de Contato, uma vez que não requer software específico. Em acréscimo, a plataforma gera estatísticas sobre o número de usuários e consultas feitas por determinado país.

Tamanha interação só se tornou possível com o avanço da tecnologia e de mecanismos eletrônicos, assim como com a criação e o fortalecimento das redes que advêm da multiplicação de tratados e foros internacionais. Em outras palavras, da pluralidade dos marcos normativos na cooperação internacional. Temas que até então eram desvelados isoladamente, a nível doméstico, são hoje pertinentes ao plano global, passando a demandar maior atuação e consonância entre as jurisdições. A incumbência da comunidade de cooperação internacional é suscitar a redução de barreiras e pontos de contato, além de enlases e autoridades centrais, deixando de se reconstituir apenas de caráter burocrático, provendo a troca de informações e contatos informais, os quais se fortalecem pela promoção de eventos periódicos.

Esse grau de informalidade tem de ser valorizado como forma de promover a celeridade na comunicação, a troca de informações e na solução questões urgentes – a exemplo das consultas por meio da Iber@ -, mas não excluem o uso das vias formais, chegando mesmo a fomentá-las. Esse é o caso do tratado acima referido que, ao seu cabo, revestirá de legitimidade os atos processuais virtuais. As redes, portanto, não sucedem dos tratados e foros, mas possuem caráter complementar.

Um elemento primordial de ambas as estruturas – redes e foros – é a sua horizontalidade – haja vista que não há hierarquia entre os pontos de contato ou enlaces dos diferentes países. Em adição, ambas são dotadas de flexibilidade, na medida em que os membros têm liberdade para indicar novos membros, que podem se comunicar diretamente com qualquer outro ponto de contato, que por seu cargo e conhecimento, esteja mais bem preparado e disponível para exercer as funções demandadas.

Em síntese, as redes de cooperação jurídica internacional visam facilitar o trabalho dos órgãos nacionais encarregados de promover a cooperação, disponibilizando a eles informações atualizadas e acessíveis em tempo real sobre normas nacionais ou internacionais de interesse, bem como promover o contato direto entre especialistas e, deste modo, diminuir dúvidas. As redes de cooperação, a exemplo da IberRede, assumem grande importância ao facilitar a construção de novas relações bilaterais e multilaterais, bem como fortalecendo as relações antigas.

³ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela.

² Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos.

* Elisa de Sousa Ribeiro é Doutora e Mestre em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) da Universidade de Brasília; membro da Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF; e coordenadora do livro “Direito do Mercosul”.

Equipe de Edição: Fabiana Queiroz e Beatriz Amorim
Revisão: Amanda José Alves, Silveira, Dispersão, Laryssa Cristina
Endereço: SCN Quadra 06, Bloco A, 2º andar
70715-900 Águas Hotéis - Brasília/DF
Contatos: (61) 2025-8900 | drci@mj.gov.br